



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

15 DE MAIO DE 2019

Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados,

Estas audições permitem que o Governo debata com as senhoras e os senhores deputados não só a situação económica e financeira presente do país, mas também as opções que condicionam o futuro. E temos todos presente o quão importantes podem ser essas opções.

Portugal registou, nos últimos três anos, o melhor desempenho económico e financeiro de várias décadas. Nesse período, o PIB cresceu 8%, acima do crescimento da União Europeia e da área do euro.



No primeiro trimestre de 2019 o PIB acelera, cresce acima da UE e da área do euro, com uma forte aceleração do investimento, público e privado, sinal da confiança das empresas no futuro de Portugal.

Porque de confiança se trata, temos em 2019 o clima económico (o indicador que mede a confiança em todos os sectores da economia portuguesa) 35% acima da média histórica (1989-2019), quando no final de 2015 estava 60% abaixo dessa média histórica.

Este prolongado período de convergência deverá continuar nos próximos anos. O Programa de Estabilidade prevê uma estimativa de crescimento em torno de 2% no horizonte temporal até 2023, mantendo o processo de convergência com a área do euro.



O destaque dos últimos anos é a consolidação orçamental. Estimamos atingir o objetivo de médio prazo para o saldo estrutural já em 2020. O saldo orçamental, já próximo do equilíbrio, deverá ser positivo a partir desse mesmo ano, contribuindo para a redução da dívida pública para níveis abaixo de 100% do PIB em 2023.

O custo da dívida continua a baixar dando espaço para despesa em prol dos portugueses. Só foi possível fazer despesa e baixar impostos porque pagamos menos juros e isso é estrutural. Mas só é estrutural se não for colocada em risco a credibilidade da política económica.

O equilíbrio orçamental foi atingindo num quadro de reposição de rendimentos, estabilidade e de promoção da confiança.



Com contas públicas equilibradas e crescimento económico, os portugueses podem pela primeira vez em muito anos olhar para o futuro com confiança:

- Confiança de que não vamos entrar novamente em Procedimento por Défices Excessivo com aumento dos juros da dívida pública que isso acarreta;
- Confiança na continuação da reposição de rendimentos e de que não vão estar sujeitos a aumentos de impostos nem a cortes.

Confiança de que o Estado pode continuar a investir nos serviços e a aumentar o investimento público.

O desempenho orçamental tem sido atingido sem colocar em causa o esforço do investimento público. Ao contrário do que tem sido dito, e uma mentira dita muitas vezes não se transforma em verdade, o financiamento do Orçamento



do Estado dirigido ao investimento no período entre 2016 e 2018 aumentou 37,1% face à anterior legislatura. Passámos de 2.133 milhões de euros para 2.925 milhões de euros, um crescimento de 800 milhões de euros, repito, 800 milhões de euros por ano em média. Não confundir, contudo, com outros 800 milhões, aqueles que podiam pôr em causa esta trajetória de investimento.

Em quatro anos (2012 a 2015), o Orçamento do Estado contribuiu com 8.500 milhões de euros para o investimento. Em apenas três anos da atual legislatura (2016 a 2018) esse contributo já foi superior, 8.800 milhões de euros.

Mais de 80% do investimento público é hoje financiado com verbas do Orçamento do Estado, o que compara com 55% na anterior legislatura.



O Governo está, pois, a fazer a sua parte no esforço de investimento necessário ao crescimento sustentável do país.

Este esforço orçamental com o investimento corresponde a cerca de 0,5 pp do PIB por ano, todos os anos.

Ou seja, o investimento não foi utilizado para atingir objetivos de consolidação orçamental; pelo contrário, se tivéssemos optado, erradamente, por manter o esforço orçamental da anterior legislatura teríamos um défice orçamental que seria cerca de 0,5 pp inferior em cada ano.

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados,

Mas estes números só têm verdadeiro significado porque têm um impacto real na vida das famílias, das empresas e de todos os portugueses. Nos últimos três anos, a taxa de desemprego caiu de 12,4% para 6,8%, o seu valor mais



baixo desde 2002, e inferior à registada na área do euro. O número de desempregados caiu 280 mil. Desta redução, 75% deveu-se à queda do desemprego de longa duração, são menos 216 mil portugueses que estão há mais de um ano sem emprego e à procura de emprego. Esta é a verdadeira cara do flagelo que o desemprego representa: procurar emprego há mais de 12 meses. E está a reduzir-se de forma muito acelerada, a cair 60%!

Estes números refletem-se no número de famílias assoladas pelo desemprego. Hoje há menos 240 mil famílias que tenham no seu agregado um desempregado. E menos 90 mil em que TODOS os seus membros ativos estão desempregados; eram 180 mil há 3 anos. Uma redução de 50% no número de famílias em que todos estão desempregados.



Numa economia saudável, em que não há emigração decretada, o espelho do desemprego é o emprego. Os trabalhadores que recebem salário aumentaram 9% desde 2015, são mais 370 mil portugueses com emprego.

A população ativa aumentou 0,7%, situação que não ocorria desde 2010.

Desde 2016, 90% do ganho de emprego em Portugal é de trabalho assalariado, e destes 86% têm um contrato sem termo. Sim, um contrato permanente. Na realidade, 100% do ganho de emprego obtido no primeiro trimestre deste ano foi com contratos permanentes!

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

O setor privado tem tido, nos últimos anos, um desempenho extraordinário no contexto europeu. A taxa



de crescimento económico do setor privado tem-se situado em torno de 3%. Repito, 3%.

Este crescimento da economia deve-se ao aumento da confiança, da credibilidade e da produtividade. Tudo resultado dos investimentos feitos pelas empresas e pelas famílias portuguesas no seu futuro.

Temos nesta Comissão debatido o investimento, a consolidação e muito temos falado sobre a carga fiscal.

O Boletim Económico do Banco de Portugal, na sua edição de maio, veio dar um contributo essencial para aqueles que estão verdadeiramente interessados em avaliar o papel das medidas legislativas e da economia na evolução da carga fiscal.

O resultado dessa análise não poderia ser mais claro: as medidas de política fiscal do atual Governo,



implementadas ao longo dos últimos três anos, permitiram reduzir a carga fiscal estrutural. Mais: tiveram como resultado, e cito, **“em termos líquidos, numa perda de receita”**.

Resultados importantes para a sustentabilidade da nossa economia, mas nada surpreendentes. O debate demagógico que a oposição fez ao longo de vários meses, por nós sempre combatido pela evidência de quem baixou taxa de imposto após taxa de imposto, foi agora desmascarado de forma cabal. Mas não me surpreenderia que a demagogia tome outras formas. Mas vamos aos números, que é como quem diz à verdade dos factos.

A verdade é que nos primeiros três anos da presente legislatura, as alterações legislativas implicaram uma redução acumulada de impostos igual a 0,5 p.p. do PIB estrutural.



A verdade é que no conjunto dos três impostos mais importantes: IRS, IRC e IVA a redução de impostos legislada por este Governo atinge 1 p.p. do PIB.

Em 2019, apenas no IRS, os portugueses pagam menos 1.000 ME do que pagariam em 2015, com o mesmo nível de rendimento!

Esta é a carga fiscal que interessa aos portugueses, senhoras e senhores deputados.

Mas comparemos com 2014 e 2015: nesse período verificou-se um aumento de 0,7 pp, mesmo depois do colossal aumento de impostos de 2012 e 2013!

Destes 0,7 pp de aumento de impostos (mais ou menos 1.400 ME!), os impostos indiretos contribuíram com 0,6 pp. Em 2014 e 2015 o PSD e o CDS aumentaram os impostos indiretos em qualquer coisa como 1.200 ME.



Sim, ouvimos todos muito bem. O PSD e o CDS, segundo os números do Banco de Portugal, aumentaram os IMPOSTOS INDIRETOS nos anos de 2014 e 2015 em 0,6 pontos percentuais do PIB.

Depois das acaloradas intervenções nesta comissão, no plenário, em muitos *posts* e notícias falsas acusando o Governo do PS de baixar os impostos diretos para depois aumentar os impostos indiretos, o que sabemos hoje é que quem só aumento os impostos indiretos foi o anterior Governo.

Eu diria que mais do que nunca a frase de Galileu está bem viva hoje aqui neste Parlamento, “a verdade é filha do tempo”. E o tempo das falsidades acabou -no momento em que houve um Governo neste país que cumpriu com todas as metas com que se comprometeu.



PSD e CDS aumentaram os impostos indiretos, os tais que eles dizem querer proteger.

A receita fiscal tem aumentado nos últimos anos. Esta evolução favorável deve-se à dinâmica do crescimento económico e ao crescimento do emprego nos últimos três anos. Quem o diz não é só o Banco de Portugal. É também o INE.

Citando o último destaque do INE sobre carga fiscal: “Em 2018, a receita de IRS cresceu 703,9 milhões de euros (variação de 5,6%). Em grande medida, este aumento é explicado pelo aumento das remunerações recebidas pelos particulares”.

E diz ainda mais: “Em sentido contrário refira-se que foram implementadas algumas medidas com impacto negativo na coleta deste imposto: a revogação do



quociente familiar e a sua substituição por uma dedução fixa por dependente; e o aumento do número de escalões de cinco para sete, o que terá provocado uma diminuição do imposto pago, relativamente a rendimentos mais baixos.”

Há quem, ainda esta semana, aqui tenha citado esta publicação do INE, mas como vive mal com a verdade omitiu as verdadeiras razões que levaram a que, no IRS, tal como nos restantes impostos, a receita fiscal tenha subido mais do que o PIB. O tempo das notícias falsas acabou.

Senhoras e senhores deputados, todos temos que ser sérios e responsáveis, em especial em ano de eleições.



Iniciámos esta legislatura ao som de uma banda desenhada, que ora tinha gráficos em queda ora referências ao desastre e ao dilúvio.

Anunciaram a desaceleração do crescimento do PIB. Errado. O PIB cresceu mais nesta legislatura do que em qualquer outro período deste século. E no primeiro trimestre deste ano voltou a acelerar!

Anunciaram que o desemprego tinha deixado de cair. Errado. Saíram do desemprego mais de 280 mil portugueses. Uma redução quase para metade.

Anunciaram que a única via para o futuro era a emigração. Nada mais errado. Desde o verão de 2016 que a população ativa cresce em Portugal. Portugal reconquistou o seu futuro.



Anunciaram que a aritmética não permitia as contas certas. Pois claro que não, não foi a aritmética foi a vontade política de credibilizar a economia portuguesa. E, sim, conseguimos.

Anunciaram que a consolidação orçamental tinha sido feita à custa do investimento. Asneira. O esforço orçamental com investimento aumentou 37%, agravando o défice orçamental perto de 0,5 pp, tendo um impacto positivo, muito positivo, na sustentabilidade da economia portuguesa.

É este o desafio do Governo. Credibilidade, contas certas e apenas prometer aquilo que pode ser pago por todos. Porque são de todos os recursos que temos para gerir.

É com a superação deste desafio que os portugueses contam para o futuro.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DAS FINANÇAS

INTERVENÇÃO

Muito obrigado.